

## O planejamento urbano entre a ordem e o caos

Leonardo Barifouse<sup>1</sup>

### Resumo:

O planejamento urbano, vítima histórica do racionalismo totalitário vigente na época moderna, enfrenta atualmente, sob os influxos do movimento pós-moderno, a questão do papel do indivíduo. Neste contexto, caminha em constante tensão entre a ordem ínsita a qualquer tipo de planejamento e a espontaneidade criativa oferecida pelos indivíduos à vida urbana. O presente artigo aborda o contraponto entre ordem e caos a partir do ponto de vista da história recente da disciplina e tenta ressaltar a riqueza trazida pela valorização do indivíduo à ordem planejadora. Contudo, alerta quanto ao risco de que a individualização pós-moderna e a pulverização das relações sociais possam se traduzir no caos que o planejamento urbano sempre tentou superar.

**Palavras-chave:** Planejamento Urbano. Racionalismo moderno. Individualização pós-moderna. Indivíduo. Espontaneidade. Segregação. Ambivalência.

### Abstract:

The urban planning, historic victim of the current totalitarian rationalism in modern times, is currently facing, under the promptings of the postmodern movement, the question of the role of the individual. In this context, walks in constant tension between inherent to any kind of planning policy and creative spontaneity offered by individuals to urban life. This article discusses the contrast between order and chaos from the point of view of the recent history of the discipline and tries to highlight the wealth brought by the appreciation of the individual planner order. However, alert to the risk that the postmodern individualization and spreading of social relationships can be translated into the chaos that urban planning has always tried to overcome.

**Keywords:** Urban Planning. Modern rationalism. Postmodern individualization. Individual. Spontaneity. Segregation. Ambivalence.

---

<sup>1</sup> Mestre em Direito da Cidade pela UERJ. Procurador do Estado do Rio de Janeiro e sócio do escritório Alonso, Barifouse & Macedo Advogados.

## 1. Introdução

*Não há na arquitetura nada de definitivo – apenas transformação contínua.*  
Walter Gropius

O termo “planejamento urbano” já evoca *de per si* pretensões de ordenamento. É reconhecer que o desenvolvimento das cidades caminha sem regramentos e que a única solução seria uma atitude pró-ativa da população (em geral, mediante o governo constituído) no sentido de estabelecer diagnósticos e prognósticos a guiar o crescimento em direção a metas pré-estabelecidas.

O aspecto caótico da vida urbana é capaz de gerar problemas crônicos como degradação ambiental, violência, má distribuição de infra-estrutura, déficit de moradia e gargalos no tráfego. O planejamento, tanto em seu aspecto preventivo quanto em seu aspecto restaurativo, representa, portanto, o contraponto a estas fraturas do tecido social causadas pelo ínsito caos da vida urbana.

Em que pese esta visão preliminar (e até intuitiva), seria por demais simplista atribuir ao *planejamento urbano* a *ordem* e à *vida urbana*, o *caos*. Isto porque a imprevisibilidade do comportamento humano pode ser encarada não apenas como uma força desordenada a ameaçar a coesão urbana, mas também como a espontaneidade que contribui com a riqueza cultural da vida na cidade.

Testemunha a história que os urbanistas, de uma forma geral, têm ignorado o ponto. Imbuídos de um enganoso fetiche pela racionalidade, têm dado demasiado (senão exclusivo) valor ao elemento ordenador do planejamento urbano, excluindo a contribuição dada pela população cidadina à configuração física e espiritual do ambiente urbano.

Este *racionalismo* extremado talvez se explique pela íntima relação entre o planejamento urbano e disciplinas técnicas matematizadas, como a engenharia e a arquitetura. Influi também decisivamente o viés de controle social que permeou o planejamento urbano desde os seus primórdios, impondo uma ordem sistematizada de cima para baixo. Por fim, é de se notar que o

racionalismo fez parte, principalmente no século XIX, do discurso científico legitimatório, algo a que o planejamento urbano não poderia ficar indene.

Entretanto, já se tornou lugar-comum falar que o fim do século XX e o início do século XXI assistiram ao surgimento e recrudescimento de um movimento difuso chamado *pós-modernidade*, que constitui mais uma transformação e, por vezes, superação das características fundamentais do período anterior (a *modernidade*), do que propriamente um corpo ideológico definido<sup>1</sup>.

O novo discurso pós-moderno não poderia deixar de influenciar o planejamento urbano – o que fez trazendo ao cerne da disciplina o elemento fragmentador calcado na espontaneidade dos habitantes da cidade. A marca da individualidade rompe, assim, com a impecável (e ilusória) racionalidade totalitária da modernidade.

Além disso, a pós-modernidade, diante da insegurança trazida pela concentração dos poderes na instância global, leva os indivíduos a mudarem seu foco para os problemas locais, únicos que proporcionam a ilusão de controle. Vale dizer que a cidade passa a ser um *locus* importante da realização do projeto individual, um ponto de convergência da luta da segurança individual contra a lógica do capital global. ZYGMUNT BAUMAN diagnostica o problema:

Nesse nosso mundo que se globaliza, a política tende a ser – cada vez mais apaixonada e conscientemente – *local*. Como foi banida do ciberespaço, ou teve seu acesso vetado, ela se volta para as questões locais, as relações de bairro. Para a maioria de nós, e na maior parte do tempo, elas parecem ser as únicas questões em relação às quais se pode “fazer alguma coisa”, sobre as quais é possível influir, recolocando-as nos eixos, melhorando-as, modificando-as. O nosso agir ou não-agir só pode “fazer a diferença” quando se trata de questões locais, enquanto para as outras questões, declaradamente “supralocais”, não existem “alternativas” – como continuam a afirmar nossos líderes políticos, assim como os especialistas de plantão. Acabamos por suspeitar – com os recursos penosamente inadequados de que dispomos – que esses assuntos seguirão seu curso, não importa o que façamos ou nos proponhamos a fazer de maneira razoável.<sup>2</sup>

Neste contexto, ganha substancial relevo o planejamento urbano enquanto instrumento de garantia da qualidade de vida e de solução dos problemas sociais no espaço circunscrito mais próximo do cidadão.

Por óbvio, não se pretende pregar um planejamento urbano descolado da visão de conjunto necessária ao ambiente urbano – até mesmo porque a influência das forças do capital global sobre o desenvolvimento urbano não pode ser deixada de lado. Todavia, é preciso retratar a superação do discurso demasiado racionalista em benefício de um planejamento urbano permeado pelos influxos pós-modernos da atualidade – para o bem e para o mal. E mais: almeja-se expor como o planejamento urbano tem sido o campo de batalha entre o indivíduo em crise, diante da pulverização das relações sociais, e as elites do poder global. Tudo isto na esperança de se alcançar um urbanismo que fuja tanto à “ambiçãõ modernista de anular as diferenças” quanto à “tendência pós-moderna de cristalizá-las por meio da separaçãõ e do estranhamento recíprocos”, mas que reconheça o “valor criativo das diversidades e sua capacidade de tornar a vida mais intensa” e encoraje “as diferenças a empenhar-se num diálogo mais significativo”<sup>3</sup>.

## **2. O planejamento urbano e o domínio totalitário da racionalidade**

A *modernidade* trouxe consigo a busca incessante pela racionalizaçãõ do mundo: a interpretaçãõ matemática da natureza e a submissãõ de seus fenômenos aos decretos da razão humana. Principalmente a partir do século XIX, o incrível progresso científico que a humanidade testemunhou disseminou o credo na supremacia das ciências sobre as forças (outrora indômitas e irresistíveis) da natureza.

Dentro desta moldura, a racionalizaçãõ do espaço urbano se apresentou como uma das vias mais relevantes para alcançar a racionalizaçãõ das relações sociais, caracterizada pela eliminaçãõ da ambigüidade dos indivíduos, ou seja, pela previsibilidade do comportamento humano. É aquilo que BAUMAN destaca como o “planejamento meticuloso dos cenários da vida cotidiana – o planejamento e o desenho do espaço da cidade, onde a grande maioria dos habitantes dos mundos futuros deveria viver”, de forma a permitir que “a clareza e a

uniformidade do cenário externo assegurassem uma clareza e uma uniformidade do comportamento humano, sem deixar espaço para a hesitação, a incerteza ou a ambivalência”<sup>4</sup>.

A mentalidade moderna de organização do espaço não levou unicamente à criação literária de utopias, mas também a uma maneira bastante peculiar de se encarar os crescentes problemas urbanos. Nascido, no início do século XX, da conjugação entre pesquisa científico-técnica e pesquisa artística, com vistas ao controle do desenvolvimento urbano<sup>5</sup>, o urbanismo modernista pregava que:

O planejamento e o desenvolvimento devem concentrar-se em planos urbanos de larga escala, de alcance metropolitano, tecnologicamente racionais e eficientes, sustentados por uma arquitetura absolutamente despojada (as superfícies ‘funcionalistas’ austeras do modernismo de ‘estilo internacional’).<sup>6</sup>

Emblemático é o trabalho do urbanista suíço LE CORBUSIER, que pretendeu, com seus polêmicos projetos (dentre os mais notórios, a casa-modelo *Citrohan* de 1920, a *Ville Contemporaine* de 1922, o *Plan Voisin* de 1925 e a *Ville Radieuse* de 1933), (re)construir o ambiente urbano a partir da prancheta do arquiteto.

A ideologia corbusiana levou ao paroxismo a modelagem social guiada por princípios gerais urbanísticos. Para LE CORBUSIER, o bem-estar da vida urbana só poderia ser alcançado mediante cidades projetadas em seus mais ínfimos detalhes. Em outras palavras, a viabilidade da vida urbana se restringiria a cidades construídas a partir do nada, da folha de papel em branco dos urbanistas – e obedientes a um cânone técnico-arquitetônico e às mais rigorosas concepções geométricas:

Uma palavra resume a necessidade de amanhã: URGE CONSTRUIR AO AR LIVRE. A geometria transcendente deve reinar, ditar todos os traçados e conduzir a suas conseqüências menores e inumeráveis. A cidade atual está morrendo por não ser geométrica. Construir ao ar livre é substituir o terreno irregular, insensato, que é o único existente hoje, por um terreno regular. Fora disso não há salvação. Conseqüências dos traçados regulares, a série.

Conseqüência da série: o *standard*, a perfeição (criação de padrões). O traçado regular é a geometria entrando na obra. *Não há bom trabalho humano sem geometria.*<sup>7</sup>

Segundo esta concepção, mesmo a estética está submetida à aplicação das relações matemáticas ao espaço construído, de forma que o *belo* se confunde com o *ordenado*:

O traçado regulador é uma satisfação de ordem espiritual que conduz à busca de relações engenhosas e de relações harmoniosas. Ele confere à obra a eurtímia. O traçado regulador traz essa matemática sensível que dá a agradável percepção da ordem. A escolha de um traçado regulador fixa a geometria fundamental da obra; ele determina então uma das impressões fundamentais. A escolha de um traçado regulador é um dos momentos decisivos da inspiração, é uma das operações capitais da arquitetura.<sup>8</sup>

O urbanismo de LE CORBUSIER pretendia *construir* uma cidade ideal (ou um ideal de cidade), e não *reformular* (ou reformular) as cidades reais. LE CORBUSIER usou e abusou do método racionalista em sua incessante busca pelo plano da cidade-matriz:

Procedendo à maneira do prático em seu laboratório, fugi dos casos específicos: afastei todos os acidentes; concedi-me um terreno ideal. O objetivo não era vencer estados de coisas preexistentes, e sim conseguir, ao construir um edifício teórico rigoroso, formular princípios fundamentais de urbanismo moderno. Esses princípios fundamentais, se não forem falsos, podem constituir a estrutura de todo o sistema de urbanização contemporânea; serão a regra segundo a qual o jogo pode ser jogado.<sup>9</sup>

Os projetos assim gerados eram bastante peculiares, pois pretendiam solucionar problemas decorrentes da densidade urbana aumentando a concentração humana em construções de porte colossal<sup>10</sup>. Tais soluções de inigualável escala seriam padronizadas para replicação em qualquer grande cidade, na medida em que sua cidade ideal era “o resultado de um raciocínio prosseguido em suas conseqüências naturais, fora dos entraves suscitados pelos casos específicos”, de forma

que, em sua concepção racionalista de planejamento urbano, “ao cabo do raciocínio puro, encontramos a regra destinada a resolver o caso específico”<sup>11</sup>.

A racionalidade totalitária de LE CORBUSIER se estende sobre todos os aspectos da relação homem-espço. Segundo uma célebre idéia sua, *a casa é uma máquina de morar*: uma célula de habitação produzida em massa de maneira uniforme e industrializada, incluindo mobília padronizada:

[...] A casa não será mais essa coisa espessa que pretende desafiar os séculos e que é o objeto opulento através do qual se manifesta a riqueza; ela será um instrumento, da mesma forma que o é o automóvel. A casa não será mais uma entidade arcaica, pesadamente enraizada no solo pelas profundas fundações, construída em “duro” e à devoção da qual se instaurou desde muito tempo o culto da família, da raça etc.

[...] é preciso criar o estado de espírito de residir em casas em série.<sup>12</sup>

Contudo, no pensamento corbusiano, a casa também é uma *máquina de segregar*, pois “a moradia de uma pessoa dependia da atividade por ela exercida” e, “para a elite burguesa, [as unidades produzidas em massa] também estariam providas de serviços coletivos”<sup>13</sup>.

Paralelamente, outro produto teórico que o urbanismo racionalista proporcionou foi a *cidade-jardim*. Desenvolvida originalmente por EBENEZER HOWARD e PATRICK GEDDES, a cidade-jardim foi reformulada nos Estados Unidos a partir dos anos 1920 por um grupo de planejadores regionais autodenominados *descentralizadores*, que incluía nomes como LEWIS MUMFORD, CLARENCE STEIN, HENRY WRIGHT e CATHERINE BAUER<sup>14</sup>. Segundo a síntese de JANE JACOBS, as idéias dos descentralizadores que se tornaram “inquestionáveis no urbanismo ortodoxo” são:

[...] a rua é um lugar ruim para os seres humanos; as casas devem estar afastadas dela e voltadas para dentro, para uma área verde cercada. Ruas numerosas são um desperdício e só beneficiam os especuladores imobiliários, que determinam o valor pela metragem da testada do terreno. A unidade básica do traçado urbano não é a rua, mas a quadra, mais particularmente, a superquadra. O comércio deve ser separado das residências e das áreas verdes. *A demanda de mercadorias de um bairro deve ser calculada*

“cientificamente”, e o espaço destinado ao comércio deve ater-se a isso, e a nada mais. A presença de um número maior de pessoas é, na melhor das hipóteses, um mal necessário, e o bom planejamento urbano deve almejar pelo menos a ilusão de isolamento e privacidade, como num subúrbio. Os descentralizadores também insistiram nas premissas de Howard de que *uma comunidade planejada deve ser ilhada*, como uma unidade auto-suficiente, *deve resistir a mudanças futuras e todos os detalhes significativos devem ser controlados pelos planejadores desde o início* e mantidos dessa maneira. Em suma, o bom planejamento era o planejamento previamente planejado.<sup>15</sup>

Outro fundamental movimento do urbanismo modernista foi a famosa escola artístico-arquitetônica chamada BAUHAUS, fundada logo após o fim da 1ª Guerra Mundial (1919). Constituída sobre um programa de ensino interdisciplinar e experimental, seu foco imediato era no desenvolvimento de processos técnicos e na integração do artista com a produção industrial. Tal proposta “levou ao falso conceito de que a Bauhaus constituía uma apoteose do racionalismo”, como reclamava WALTER GROPIUS, seu fundador, pois, a seu ver, os componentes e estudantes estavam “muito mais ocupados em explorar e fixar o território que é comum às esferas técnicas e formais, em estipular onde ficam seus limites”<sup>16</sup>.

Curiosamente, GROPIUS sempre combateu os rótulos de *estilo Bauhaus* ou *estilo internacional* que eram conferidos aos trabalhos dos integrantes da escola (ou a terceiros), por transmitirem a noção de um cânone dogmático de técnicas e truques, bem como de um modelo impessoal de arquitetura, a ser aplicado indistintamente em qualquer região do planeta, em total desrespeito à cultura local. Na verdade, o arquiteto alemão exortava seus seguidores ao exercício da criatividade individual na busca de soluções próprias, contrariando a mentalidade da especialização.

Embora pregasse a superação do modelo do racionalismo abstrato, a alternativa oferecida era parcial: a marca do indivíduo se dava através do criador (arquiteto), e ainda assim de forma incompleta, por causa da integração necessária à lógica industrial. O cidadão, destinatário e consumidor das obras arquitetônicas, não havia ainda se tornado uma figura central, apesar de uma preocupação latente já começar a aparecer:

Minhas idéias foram amiúde interpretadas como se ficassem apenas na racionalização e mecanização. Isto dá um quadro inteiramente falso de meus esforços. Sempre acentuei também o outro aspecto da vida, no qual a satisfação das necessidades psíquicas é tão importante quanto a das materiais, e no qual o propósito de uma nova concepção espacial é algo mais do que economia estrutural e perfeição funcional.<sup>17</sup>

No intuito de romper com o formalismo de estilos da arquitetura tradicional que lhe precedia, a BAUHAUS procurou se definir como uma nova arquitetura mais preocupada com as necessidades reais dos indivíduos do que com maneirismos estéreis. Neste passo, mostrou-se inevitável que a racionalização do modo de viver marcasse presença em sua proposta<sup>18</sup>.

O flerte contínuo com o processo de produção industrial na proposta da BAUHAUS não permitiu à escola se emancipar totalmente do cunho racionalista da arquitetura moderna – a despeito das alegações de GROPIUS –, na medida em que só concebia possibilidade de sucesso na tarefa do arquiteto caso houvesse real integração homem/máquina, isto é, adaptação da criatividade individual ao processo tecnológico da era industrial<sup>19</sup>.

O problema, posto nestes termos, não era propriamente a máquina em si, mas sim seu mau uso, que “produziu um espírito de massa, mortal para a alma, nivelador da diversidade da expressão individual e da independência de pensamento e ação”<sup>20</sup>. Nesta linha, “estandardização da maquinaria prática da vida não significa robotização do indivíduo, mas, pelo contrário, alívio de um lastro supérfluo de sua existência, para que ele possa desenvolver-se mais livremente em um nível superior”<sup>21</sup>.

A BAUHAUS, portanto, ao abraçar abertamente a lógica industrial, não conseguiu resgatar o indivíduo do racionalismo – como GROPIUS propunha –, embora combatesse continuamente a ortodoxia arquitetônica. Neste sentido, note-se que GROPIUS defendia o estabelecimento de “leis, que devem pôr fim à arbitrariedade do indivíduo”, mediante pesquisa social, técnica e artística<sup>22</sup>.

Não apenas no plano teórico, como também no campo prático, a reconstrução racionalizante da modernidade dominou o planejamento urbano tradicional. Ainda no século XIX, são dignas de nota a reforma de HAUSSMAN, em Paris, que pretendia menos o embelezamento do que o controle político das massas populares<sup>23</sup>, e a reforma PASSOS, que

pretendeu adequar o Rio de Janeiro a uma ideologia elitista de emancipação dos países periféricos.

O discurso de tais reformas urbanas era “calcado nos pilares da razão e da ordem” e “baseado em determinadas concepções de progresso e de modernidade”, como “o desenvolvimento contínuo, a conquista da natureza para a produção de riquezas, a vitória da técnica, a identificação do passado como obstáculo a ser vencido”. Cumpre destacar, ainda, a “crescente importância de uma profissão nascente – a engenharia –, cujas características iriam configurar um certo entrelaçamento entre o poder público e o desenvolvimento de uma burocracia profissional”<sup>24</sup>. Por fim, cabe salientar que a legitimação das intervenções estatais haussmanianas (como o “bota-abaixo” de PEREIRA PASSOS) se calcou em imperativos de sanitização do espaço urbano<sup>25</sup>.

Porém, o urbanismo racionalista teve mesmo sua apoteose com a construção de Brasília. Diferentemente da reforma PASSOS, que se limitou a fazer intervenções cirúrgicas na malha urbana de uma cidade secularmente consolidada, o projeto monumental de LÚCIO COSTA (íntimo colaborador do célebre arquiteto brasileiro OSCAR NIEMEYER) concretizou a construção da cidade ideal de inspiração corbusiana:

A planta era descrita das mais variadas formas, ora como avião, ora como pássaro, ora como libélula: o corpo, ou fuselagem, era um eixo monumental destinado aos principais edifícios públicos e repartições administrativas; nas asas, ficavam as áreas residenciais e outras. No primeiro setor, blocos uniformes de escritórios deviam ladear um amplo passeio público que desembocava no complexo de edifícios governamentais. No segundo, uniformes prédios de apartamentos deviam ser construídos em superquadras corbusianas de frente para uma imensa espinha de tráfego; obedecendo à risca à prescrição de *La Ville Radieuse*, todos, do secretário permanente ao porteiro, deveriam morar nas mesmas quadras, ocupando o mesmo tipo de apartamento.<sup>26</sup>

Embora os modelos utópicos oferecidos pelo planejamento urbano moderno (v. g., Cidade-Jardim, *Ville Radieuse*, *City Beautiful*) não tenham sido adotados em sua completude (salvo eventuais tentativas), é certo que seus princípios povoaram o imaginário dos urbanistas do

século XX. O discurso urbanista ortodoxo reinou incontestemente, tendo em vista que o “pressuposto da separação – e da obtenção da ordem por meio da repressão a quaisquer planos, menos os dos urbanistas – foi transposto com facilidade para todos os tipos de funções urbanas”. Não espanta que “o plano diretor de uso do solo das metrópoles constitui-se basicamente de propostas de localização de atividades – geralmente levando em conta os transportes – de várias dessas escolhas ‘descontaminadas’”<sup>27</sup>.

Todavia, a aplicação dos princípios racionalistas nas cidades reais não obteve o sucesso esperado. PETER HALL, um duro crítico das idéias corbusianas, monta um quadro negativo de sua implantação:

O mal que Le Corbusier fez vive depois dele; o bem talvez esteja enterrado com seus livros, lidos raramente, pela simples razão de serem, na maioria, praticamente ilegíveis. [...] O esforço, contudo, impõe-se, visto que o impacto que causaram no planejamento urbano do século XX teve repercussões, a bem dizer, incalculáveis: a obscuridade não constitui barreira para a comunicação, pelo menos no caso. As idéias, forjadas na intelligentsia parisiense dos anos 20, chegaram a ser aplicadas ao planejamento de moradias para a classe trabalhadora em Sheffield e St. Louis, bem como em centenas de outras cidades, nos anos 50 e 60; os resultados foram, os melhores, questionáveis, e os piores, catastróficos.<sup>28</sup>

Neste sentido, é importante destacar que a utopia corbusiana concretizada em Brasília foi sendo minada por efeitos colaterais nascidos fora do planejamento hermético: “a verdadeira falha [...] foi ver-se crescer, ao lado da cidade planejada, outra, não planejada”, a saber, a favela construída pelos excluídos do projeto oficial.

E “as vastas vias expressas e os trevos imensos foram tomados pelo tráfego; e visto que o plano não visara a resolver conflitos pedestre-veículo, diariamente rios de pedestres driblam a morte saltando por entre os carros em alta velocidade na avenida central”<sup>29</sup>. No fim das contas, o diagnóstico elaborado por HALL para a capital corbusiana não podia ser mais melancólico:

Assim se acabou o sonho de construção de uma sociedade urbana sem classes num país onde ricos e pobres sempre estiveram segregados. A diferença, se é que existe, é que em Brasília estes ficaram mais implacavelmente isolados do que em qualquer das cidades anteriores: colocou-se um *cordon sanitaire* entre eles e a cidade monumental, simbólica, de maneira que nunca pudessem estragar-lhe a vista ou perturbar-lhe a imagem. O próprio Niemeyer já dizia, na ocasião, que o plano fora distorcido e desvirtuado; só um regime socialista, sentia, poderia tê-lo implementado. Le Corbusier sofreu angústias idênticas durante grande parte de sua vida: é difícil construir uma City Beautiful em meio à confusão gerada pela democracia e as leis de mercado.<sup>30</sup>

BAUMAN relata que, em Estocolmo, o governo adotou as diretrizes do planejamento moderno, no sentido de que, “dando formato diverso ao espaço ocupado pelas pessoas, era possível melhorar a forma e a natureza de sua sociedade”. No entanto, após trinta anos, as políticas públicas empreendidas começaram a ser questionadas, principalmente pelos jovens – parcela da população que tinha nascido sob as novas formas urbanísticas. Ao fim, “os moradores da cidade, sobretudo os jovens de Estocolmo, recusaram a ‘previsão total’, o fato de tudo ter sido levado em conta, tudo ter sido providenciado nas moradias comunais”<sup>31</sup>.

Apesar da profunda influência de algumas noções suas, o planejamento urbano moderno passou a enfrentar forte oposição, decepcionando seus grandes mestres com relação ao projeto de sua implantação definitiva. Foi assim que, no fim da vida, GROPIUS proclamou a falência coletiva da “pesquisa de soluções fundamentais, passíveis de desenvolvimento, crescimento e repetição”<sup>32</sup>.

### **3. A conquista do planejamento urbano pelo indivíduo imprevisível**

A partir dos anos 60, o pensamento modernista começou a sofrer ataques de movimentos contraculturais, que rejeitavam a imposição de uma racionalidade traçada de forma paternalista pelo *establishment* econômico-cultural, conforme bem retratado por DAVID HARVEY:

Antagônicas às qualidades opressivas da racionalidade técnico-burocrática de base científica manifesta nas formas corporativas e estatais monolíticas e em outras formas de poder institucionalizado (incluindo as dos partidos políticos e sindicatos burocratizados), as contraculturas exploram os domínios da autorrealização individualizada por meio de uma política distintivamente “neo-esquerdista” da incorporação de gestos antiautoritários e de hábitos iconoclastas (na música, no vestuário, na linguagem e no estilo de vida) e da crítica da vida cotidiana.<sup>33</sup>

Esta tomada de posição deu azo a uma tendência generalizada de fuga a qualquer tipo de *metanarrativa*, isto é, de um sistema de valores e de significados que pudesse legitimar os produtos culturais mediante seu referencial de verdades absolutas. Passa-se a prezar o *ecletismo* cultural e o discurso fragmentário construído com base no *pluralismo* de jogos de linguagem.

Nesta conjuntura, o discurso racional de controle social repetido pelo urbanismo ortodoxo teve sua validade amplamente contestada. Em meio a todas as vicissitudes sofridas pelo discurso oficial do planejamento urbano tradicional (mostradas no tópico anterior), começaram a surgir vozes dissonantes, tentando dar um papel de destaque ao imprevisível indivíduo dentro da racionalidade asfixiante.

Uma das peças fundamentais no movimento crítico que se seguiu ao urbanismo racionalista foi JANE JACOBS, que não tinha formação técnica em urbanismo ou arquitetura, mas era uma jornalista apaixonada pela vida urbana. Em sua obra-prima *Morte e vida nas grandes cidades*, de 1961, tentou defender os atrativos de sua vizinhança, o Greenwich Village, da intervenção totalitária do urbanismo ortodoxo, personalizada pelo planejador ROBERT MOSES. A advertência que inaugura o livro sintetiza muito bem a proposta a que JACOBS dedicou o restante de sua vida:

Este livro é um ataque aos fundamentos do planejamento urbano e da reurbanização ora vigentes. É também, e principalmente, uma tentativa de introduzir novos princípios no planejamento urbano e na reurbanização, diferentes daqueles que hoje são ensinados em todos os lugares, de escolas de arquitetura e urbanismo a suplementos dominicais e revistas femininas, e até mesmo conflitantes em relação a eles. Meu ataque não se baseia em tergiversações sobre métodos de reurbanização ou minúcias sobre modismos em

projetos. Mais que isso, é uma ofensiva contra os princípios e os objetivos que moldaram o planejamento urbano e a reurbanização modernos e ortodoxos.<sup>34</sup>

Na nova concepção trazida por JACOBS, “o funcionamento das cidades na prática” seria “a única maneira de saber que princípios de planejamento e que iniciativas de reurbanização conseguem promover a vitalidade socioeconômica nas cidades e quais práticas e princípios a inviabilizam”<sup>35</sup>.

Curioso notar que a figura do “laboratório”, tão cara aos urbanistas tecnocratas – como se demonstrou anteriormente a respeito de LE CORBUSIER –, é evocada por JACOBS para servir de principal investida quanto à pretensa racionalidade do urbanismo então vigente:

As cidades são um imenso laboratório de tentativa e erro, fracasso e sucesso, em termos de construção e desenho urbano. É nesse laboratório que o planejamento urbano deveria aprender, elaborar e testar suas teorias. Ao contrário, os especialistas e os professores dessa disciplina (se é que ela pode ser assim chamada) têm ignorado o estudo do sucesso e do fracasso na vida real, não têm tido curiosidade a respeito das razões do sucesso inesperado e pautam-se por princípios derivados do comportamento e da aparência de cidades, subúrbios, sanatórios de tuberculose, feiras e cidades imaginárias perfeitas – qualquer coisa que não as cidades reais.<sup>36</sup>

Ao abdicar de questões de princípio e focar no viés metodológico, discutindo a eficiência de resultados, a crítica de JACOBS atingiu o centro nevrálgico da propalada racionalidade do planejamento urbano moderno.

A idéia central que substitui aquelas do planejamento racionalista é “a necessidade que as cidades têm de uma diversidade de usos mais complexa e densa, que propicie entre eles uma sustentação mútua e constante, tanto econômica quanto social”<sup>37</sup>. A cidade é entendida, por um lado, como geradora natural de diversidade e, por outro, como alimentada por esta mesma diversidade – inserida, via de consequência, num ciclo natural de *vitalidade*.

*Diversidade* é um conceito-chave na concepção de JACOBS e demonstra a importância do elemento humano para a autora. O indivíduo é considerado em suas possibilidades, em suas

peculiaridades, em seu cotidiano, em suas relações com outros indivíduos e com o espaço que lhe é familiar. A diversidade leva o indivíduo a desfrutar da enriquecedora experiência da *aventura urbana*<sup>38</sup>.

Embora constitua geradora *natural* de diversidade, a cidade não é uma geradora *automática* de diversidade, quer dizer, “pelo simples fato de existirem” ou de “precisarem de uma diversidade social maior”. A preocupação de JACOBS é, portanto, identificar as “diversas e eficientes combinações de usos econômicos” que proporcionem a diversidade buscada<sup>39</sup>. Os quatro geradores de diversidade identificados pela autora, que devem estar presentes cumulativamente, são os seguintes:

1. O distrito, e sem dúvida o maior número possível de segmentos que o compõem, deve atender a mais de uma função principal; de preferência, a mais de duas. Estas devem garantir a presença de pessoas que saiam de casa em horários diferentes e estejam nos lugares por motivos diferentes, mas sejam capazes de utilizar boa parte da infraestrutura.
2. A maioria das quadras deve ser curta; ou seja, as ruas e as oportunidades de virar esquinas devem ser frequentes.
3. O distrito deve ter uma combinação de edifícios com idades e estados de conservação variados, e incluir boa porcentagem de prédios antigos, de modo a gerar rendimento econômico variado. Essa mistura deve ser bem compacta.
4. Deve haver densidade suficientemente alta de pessoas, sejam quais forem seus propósitos. Isso inclui alta concentração de pessoas cujo propósito é morar lá.<sup>40</sup>

Ainda que se discuta a procedência de cada um destes elementos, ou pelo menos, a necessidade de sua observância conjunta, certo é que a perspectiva de JACOBS trouxe um frescor de espontaneidade na asfíxica racionalidade imperativa e hiperativa do planejamento urbano moderno, modernista e modernizante.

Outro nome de grande importância foi KEVIN LYNCH, com seu livro *A imagem da cidade*, de 1960. Nesta obra, LYNCH compreende o desenvolvimento da *imagem ambiental* (fundamental

no processo de orientação) como um processo interativo bilateral entre observador e seu ambiente, o que proporciona ao indivíduo um papel de destaque no desenvolvimento das cidades. Não só isso, sua visão impede o engessamento do tecido urbano por uma ordenação de princípios inflexíveis, abrindo espaço para a atividade cultural criativa dos cidadãos:

O observador deve ter um papel ativo na percepção do mundo e uma participação criativa no desenvolvimento de sua imagem. Deve ser capaz de transformar essa imagem de modo a ajustá-la a necessidades variáveis. Um ambiente ordenado em detalhes precisos e definitivos pode inibir novos modelos de atividade. Uma paisagem na qual cada pedra conta uma história pode dificultar a criação de novas histórias. Ainda que isso possa não parecer um problema crítico em nosso caos urbano atual, mesmo assim indica que o que procuramos não é uma ordem definitiva, mas uma ordem aberta, passível de continuidade em seu desenvolvimento.<sup>41</sup>

O papel do observador, isto é, o ponto de vista do habitante, passa a ser fundamental para as pretensões de planejar uma cidade que atenda às necessidades sociais<sup>42</sup>. Não significa que LYNCH abra mão de estabelecer diretrizes racionais para guiar o crescimento urbano – pois, do contrário, não se falaria em planejamento –, mas que há uma ampla abertura para a participação criativa do cidadão, não observada no planejamento urbano moderno<sup>43</sup>.

Para tanto, LYNCH trabalha com o conceito de *imaginabilidade*, que é “a característica, num objeto físico, que lhe confere uma alta probabilidade de evocar uma imagem forte em qualquer observador dado”<sup>44</sup>. Assim, seu objeto de estudo é a imaginabilidade da forma urbana, que permita planejar uma cidade evocativa de fortes e profundos significados nos indivíduos:

Uma cidade altamente imaginável, nesse sentido específico (evidente, legível ou visível), pareceria bem formada, distinta, digna de nota; convidaria o olho e o ouvido a uma atenção e participação maiores. O domínio sensorial de tal espaço não seria apenas simplificado, mas igualmente ampliado e aprofundado. Uma cidade assim seria apreendida, com o passar do tempo, como um modelo de alta continuidade com muitas partes distintivas claramente interligadas. O observador sensível e familiarizado poderia absorver novos impactos sensoriais sem a ruptura de sua imagem básica, e cada novo

impacto não romperia a ligação com muitos elementos já existentes. Ele seria bem orientado e poderia deslocar-se com facilidade.<sup>45</sup>

Para além destas propostas específicas de JACOBS e LYNCH, o urbanismo pós-moderno se esforça, simultaneamente, em resgatar a referência histórica e em absorver elementos culturais internacionalistas, construindo, como produto final, uma *colagem* de gostos que facilita a inserção de todos os grupos sociais (inclusive minorias) no espaço urbano. Em suma, “ficção, fragmentação, colagem e ecletismo, todos infundidos de um sentido de efemeridade e de caos, são, talvez, os temas que dominam as atuais práticas da arquitetura e do projeto urbano”<sup>46</sup>.

Contudo, esta nova postura do planejamento urbano não estava, ela própria, indene de críticas. Como principal reserva feita à visão eclética, ofereceu-se a inclinação mercadológica, decorrente da falta de princípios claros que preservassem a integridade da visão do urbanista:

O movimento comum à maioria das experiências etiquetadas em antítese ao “moderno” é o desejo de uma cooptação no mercado tranqüilo e opulento da “arte” contemporânea. Uma vez dado este passo – isto é, abandonadas as responsabilidades concretas, que foram relegadas mais uma vez a um campo diferente, e reconstruída a especificidade da “composição arquitetônica” no campo da recreação – todo o resto vem por conseqüência. Abrem-se os canais paralelos do comércio de elite para as obras originais e do comércio de massa para as imagens reproduzidas, que prometem satisfações sociais e econômicas que crescem rapidamente.<sup>47</sup>

De qualquer forma, o movimento de ruptura se alastrou pela arquitetura como uma libertação teórica do cidadão:

Era hora [...] de construir para as pessoas, e não para o Homem. As torres de vidro, os blocos de concreto e as lajes de aço que pareciam destinadas a dominar todas as paisagens urbanas de Paris a Tóquio e do Rio a Montreal, denunciando todo ornamento como crime, todo individualismo como sentimentalismo e todo romantismo como *kitsch*, foram progressivamente sendo substituídos por blocos-torres ornamentados, praças medievais e vilas de pesca de imitação, habitações projetadas para as necessidades dos

habitantes, fábricas e armazéns renovados e paisagens de toda espécie reabilitadas, tudo em nome da defesa de um ambiente urbano mais “satisfatório”.<sup>48</sup>

#### **4. A lógica global e a liberdade local: (in)segurança na cidade**

Esta nova concepção de planejamento urbano, decorrente da penetração de influxos pós-modernos, não pode ignorar os impactos negativos da pós-modernidade. Neste sentido, é de se notar que a implantação da lógica do capital globalizado no espaço urbano encontra um caminho livre de obstáculos diante de um tecido social fragmentado pela individualização.

O indivíduo, largado à própria sorte, não possui recursos para fazer frente a mudanças que acontecem no seu mundo de relação, sobre as quais não tem qualquer espécie de controle e cujas origens não consegue vislumbrar. A insegurança, verdadeiro mal da pós-modernidade, traz o debate político para instâncias mais rentes ao indivíduo, fragmentando o tecido social pela visão desfocada do conjunto urbano.

Segundo CASTELLS, a mobilização urbana, último foco de resistência frente à força das elites globais, tem sido minada por este ínsito individualismo:

[...] os movimentos urbanos estavam se tornando as principais fontes de resistência à lógica unilateral do capitalismo, estatismo e informacionalismo. Isso ocorreu principalmente porque diante do fracasso dos movimentos e políticas pró-ativas (por exemplo, o movimento trabalhista, os partidos políticos) na luta contra a exploração econômica, a dominação cultural e a repressão política, não restou outra alternativa ao povo senão render-se ou reagir com base na fonte mais imediata de auto-reconhecimento e organização autônoma: seu próprio território. Assim, surgiu o paradoxo de forças políticas com bases cada vez mais locais em um mundo estruturado por processos cada vez mais globais. Houve a produção de significado e identidade: minha vizinhança, minha comunidade, minha cidade, minha escola, minha árvore, meu rio, minha praia, minha capela, minha paz, meu ambiente. Contudo, essa foi uma identidade defensiva, uma identidade de entrenchamento no que se entende como conhecido contra a imprevisibilidade do desconhecido e do incontrolável. Subitamente indefesas diante de um turbilhão global, as pessoas agarram-se a si mesmas: qualquer coisa que possuem, e o que quer que fosse, transformou-se em sua identidade.<sup>49</sup>

BAUMAN também alerta sobre a segregação espacial decorrente da dissociação entre o local e o global:

O quadro que emerge dessa descrição é o de dois mundos-de-vida separados, segregados. Mas só o segundo é territorialmente circunscrito e, portanto, compreensível por meio de conceitos clássicos. Já os que vivem no primeiro dos dois mundos-de-vida – embora se encontrem, exatamente como os outros, “no local” – não são “*daquele* local”: não o são idealmente, com certeza, mas muitas vezes (todas as vezes que quiserem) também não o são fisicamente.

As pessoas da “primeira fila” não se identificam com o lugar onde moram, à medida que seus interesses estão (ou melhor, flutuam) em outros locais. Pode-se supor que não adquiriram pela cidade em que moram nenhum interesse, a não ser dos seguintes: serem deixados em paz, livres para se dedicar completamente aos próprios entretenimentos e para garantir os serviços indispensáveis (não importa como sejam definidos) às necessidades e confortos de sua vida cotidiana. [...]

O mundo-de-vida dos outros, dos cidadãos da “última fila”, é exatamente o contrário. Em geral, para defini-lo, diz-se que está fora das redes mundiais de comunicação com as quais as pessoas da primeira fila vivem conectadas e com as quais sintonizam suas próprias vidas. [...] Para eles, é dentro da cidade em que moram que se declara e se combate a luta – às vezes vencida, mas com maior frequência perdida – para sobreviver e conquistar um lugar decente no mundo.<sup>50</sup>

Cria-se um círculo vicioso entre a pulverização das relações sociais e a segregação do espaço urbano. A segregação é reforçada pelas novas formas de configuração urbana decorrentes da desesperada busca por segurança: construções muradas, condôminos fechados, loteamentos afastados do centro urbano, cidades-jardins, ruas com cancelas<sup>51</sup>. Contudo, a segregação só enfraquece mais os laços sociais na cidade e, ao mesmo tempo, reforça a insegurança através do medo do outro, do medo do diferente:

É possível que o impulso para um ambiente homogêneo, territorialmente isolado, tenha origem na mixofobia: no entanto, colocar em prática a separação territorial só fará alimentar e proteger a mixofobia (embora seja importante dizer que ela não é o único elemento em jogo no campo de batalha urbano).<sup>52</sup>

Desta forma, o indivíduo pode se tornar o ponto de inflexão no futuro planejado das cidades dentro da lógica do capitalismo globalizado. Assim como oferece novos ares à racionalidade inflexível, pode, dentro do processo pós-moderno de individualização, abrir a coesão e identidade urbanas à inexorável lógica de mercado e a problemas sérios de segregação.

## 5. Conclusão

Para o planejamento racionalista, a meta era impor a *ordem* da elite local ao *caos* provocado pela espontaneidade dos indivíduos. Atualmente, o desafio do planejamento urbano é evitar que o *caos* dentro do qual opera a elite global se reproduza em nível local e propicie a imposição da *ordem* do capital supranacional.

A diversidade urbana é o fator constituinte da riqueza da vida na cidade. Ao reconhecer isto, o planejador urbano se engrandeceu em sua tarefa. O ponto nodal é descobrir como se apropriar desta diversidade urbana a fim de evitar soluções puramente racionalistas (em seu sentido tecnocrático, burocrático), sem expor os indivíduos às invectivas da ordem globalizada e globalizante – em outras palavras, como promover simultaneamente a espontaneidade e a sensação de segurança.

Deste modo, o planejamento urbano do século XXI se defronta com a *ambivalência da cidade*, com suas paradoxais pretensões de *mixofilia* e *mixofobia* (nas felizes palavras de BAUMAN):

Todos sabem que viver numa cidade é uma experiência ambivalente. Ela atrai e afasta; mas a situação do cidadão torna-se mais complexa porque são exatamente os mesmos aspectos da vida na cidade que atraem e, ao mesmo tempo ou alternadamente, repelem. A desorientadora variedade do ambiente urbano é fonte de medo, em especial entre aqueles de nós que perderam seus modos de vida habituais e foram jogados num estado de grave incerteza pelos processos desestabilizadores da globalização. Mas esse mesmo brilho caleidoscópico da cena urbana, nunca desprovido de novidades e surpresas, torna difícil resistir a seu poder de sedução.<sup>53</sup>

Neste sentido, é importante ressaltar que “os arquitetos e planejadores urbanos podem fazer muito para favorecer o crescimento da mixofilia e reduzir as ocasiões de reação mixofóbica diante dos desafios da vida urbana”, porém “também podem fazer muito – e na verdade estão fazendo – para favorecer o efeito oposto”<sup>54</sup>.

O planejamento urbano deve estar consciente deste obstáculo e, embora seja de todo recomendável sua aproximação à experiência individual da cidade, precisa romper com este mecanismo perverso de desagregação social, sob pena de trocar seu papel transformador pela replicação da lógica do capital global.

---

<sup>1</sup> LIPOVETSKY apresenta uma interpretação um pouco distinta e bem particular: não existiria propriamente uma *ruptura* com a modernidade, mas sim uma superdinamização dos processos anteriormente existentes, gerando um período transicional (pós-modernidade) e o período atual (hipermodernidade). Contudo, mesmo segundo esta visão, reconhece-se a derrocada das grandes metanarrativas (ideologias) da história e dos alicerces do racionalismo, que é o ponto mais importante para o presente trabalho. LIPOVETSKY, Gilles. *Os tempos hipermodernos*. 1ª ed. São Paulo: Barcarolla, 2011.

<sup>2</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009. p. 30-31.

<sup>3</sup> Ibid. p. 70-71.

<sup>4</sup> BAUMAN, Zygmunt. *A sociedade individualizada*. Jorge Zahar Editor, 2008. p. 87.

<sup>5</sup> BENEVOLO, Leonardo. *A cidade e o arquiteto*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2009. p. 102.

<sup>6</sup> HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 21ª ed. São Paulo: Loyola, 2011. p. 69.

<sup>7</sup> LE CORBUSIER. *Urbanismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 164. [grifos nossos]

<sup>8</sup> LE CORBUSIER. *Por uma arquitetura*. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2000. p. 47.

<sup>9</sup> LE CORBUSIER. *Urbanismo*. p. 156.

<sup>10</sup> “A chave era o famoso paradoxo: precisamos eliminar o excesso populacional dos centros de nossas cidades aumentando-lhes a densidade. Cumpre-nos, ademais, melhorar a circulação e aumentar a quantidade de espaço livre. O paradoxo poderia ser resolvido com a construção de altos edifícios que ocupassem uma pequena parte da área total do terreno.” HALL, Peter. *Cidades do amanhã*. São Paulo: Perspectiva, 1995. p. 245.

<sup>11</sup> LE CORBUSIER. *Urbanismo*. p. 169.

<sup>12</sup> LE CORBUSIER. *Por uma arquitetura*. p. 166.

<sup>13</sup> LE CORBUSIER. *Urbanismo*. p. 246.

<sup>14</sup> JACOBS, Jane. *Morte e vida das grandes cidades*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009. p. 19.

<sup>15</sup> Ibid. p. 20. [grifos nossos]

<sup>16</sup> GROPIUS, Walter. *Bauhaus: nova arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 2011. p. 32.

<sup>17</sup> Ibid. p. 26.

---

<sup>18</sup> “O conceito de racionalização, [...] que é considerado por muitos como a principal característica do novo movimento arquitetônico, é apenas *uma* parte do processo purificador. A outra parte, a satisfação de nossas necessidades interiores, é tão importante quanto a dos materiais. Ambas pertencem à unidade da vida.” Ibid. p. 98.

<sup>19</sup> “Seu trabalho [da Bauhaus] se concentrava principalmente naquilo que hoje se tornou uma tarefa de necessidade imperativa, ou seja, impedir a escravização do homem pela máquina, preservando da anarquia mecânica o produto de massa e o lar, insuflando-lhes novamente sentido prático e vida. Isto significa o desenvolvimento de objetos e construções projetados expressamente para a produção industrial. Nosso alvo era o de eliminar as desvantagens da máquina, sem sacrificar nenhuma de suas vantagens reais.” Ibid. p. 30.

<sup>20</sup> Ibid. p. 21.

<sup>21</sup> Ibid. p. 32.

<sup>22</sup> Ibid. p. 108.

<sup>23</sup> “Haussman reduziu os populosos quarteirões populares e o emaranhado de ruas estreitas e tortuosas que, desde 1789 até a insurreição proletária de 1848, constituíram o legendário campo de batalha das guerras de barricadas dos trabalhadores parisienses.” SANTOS, Ângela Moulin Simões Penalva; MOTTA, Marly da Silva. O “bota-abaixo” revisitado: o Executivo municipal e as reformas urbanas no Rio de Janeiro (1903-2003). *Revista Rio de Janeiro*, n. 10, mai-ago 2003. p. 13.

<sup>24</sup> Ibid. p. 13.

<sup>25</sup> Ibid. p. 22.

<sup>26</sup> HALL, Peter. *Cidades do amanhã*. p. 254.

<sup>27</sup> JACOBS, Jane. *Morte e vida das grandes cidades*. p. 25.

<sup>28</sup> HALL, Peter. *Cidades do amanhã*. p. 241.

<sup>29</sup> Ibid. p. 255.

<sup>30</sup> Ibid. p. 257.

<sup>31</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. p. 67.

<sup>32</sup> BENEVOLO, Leonardo. *A cidade e o arquiteto*. p. 108.

<sup>33</sup> HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. p. 44.

<sup>34</sup> JACOBS, Jane. *Morte e vida das grandes cidades*. p. 1.

<sup>35</sup> Ibid. p. 1-2.

<sup>36</sup> Ibid. p. 5.

<sup>37</sup> Ibid. p. 13.

<sup>38</sup> “Seja de que espécie for, a diversidade gerada pelas cidades repousa no fato de que nelas muitas pessoas estão bastante próximas e elas manifestam os mais diferentes gostos, habilidades, necessidades, carências e obsessões” Ibid. p. 161.

<sup>39</sup> Ibid. p. 163.

<sup>40</sup> Ibid. p. 165.

<sup>41</sup> LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. p. 6-7.

<sup>42</sup> “Ela será um modelo complexo, contínuo e integral, apesar de intrincado e móvel. Deve ser adaptável aos hábitos perceptivos de milhares de cidadãos, aberta à mudança de função e significado, receptiva à formação de novas imagens. Deve convidar seus observadores a explorar o mundo.” Ibid. p. 134.

---

<sup>43</sup> “É preciso afirmar que existe algum valor na mistificação, no labirinto ou na surpresa provocados pelo ambiente. [...] Não obstante, ele só existe observadas duas condições. Primeiro, não deve haver o risco de perder a forma básica ou a orientação, de não se encontrar o caminho procurado. A surpresa deve ocorrer dentro de uma estrutura geral, a confusão deve dar-se em pequenas regiões dentro de um todo visível. Além disso, o labirinto ou o mistério deve conter, em si, alguma forma que possa ser explorada e apreendida no devido tempo. O caos total, sem qualquer indício de conexão, nunca é agradável.” Ibid. p. 6.

<sup>44</sup> Ibid. p. 11.

<sup>45</sup> Ibid. p. 11.

<sup>46</sup> HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. p. 96.

<sup>47</sup> BENEVOLO, Leonardo. *A cidade e o arquiteto*. p. 109. “Este circuito acelera as mudanças. Toda tendência vive em função do seu êxito junto ao público; quando o interesse diminui, deve ser substituída por uma tendência diferente, e também a escolha do nome exige uma discussão empenhadora (as várias etiquetas propostas nos últimos anos – *post-modern, post-industrial, super-mannerism, modern classicism* – sempre são consideradas velhas pelos seus promotores poucos anos depois).”

<sup>48</sup> HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. p. 45-46.

<sup>49</sup> CASTELLS, Manuel. *A era da informação*. Vol. 2: o poder da identidade. 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006. p. 80.

<sup>50</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. p. 27-28.

<sup>51</sup> Segundo reportagem do *Estado de S. Paulo* (Caderno Cidades, p. C6, 25/09/11), São Paulo teria cerca de 500 casas com o chamado quarto do pânico, “cômodo especial da casa para os moradores se refugiarem em uma situação de emergência”, que possuem “paredes com espessura de mais de 1 metro de concreto, chapas de aço e ligação elétrica independente da casa”. A construção do quarto do pânico custa de R\$ 30 mil a R\$ 200 mil, podendo chegar a R\$ 1 milhão, e representa um mercado que cresce 30% por ano, conforme informações da Associação Brasileira de Blindagem.

<sup>52</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. p. 46.

<sup>53</sup> Ibid. p. 46-47.

<sup>54</sup> Ibid. p. 49.

## Bibliografia

BAUMAN, Zygmunt. *A sociedade individualizada*. Jorge Zahar Editor, 2008.

\_\_\_\_\_. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

BENEVOLO, Leonardo. *A cidade e o arquiteto*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

CASTELLS, Manuel. *A era da informação, vol. 2: o poder da identidade*. 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

GROPIUS, Walter. *Bauhaus: novarquitectura*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

HALL, Peter. *Cidades do amanhã*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 21ª ed. São Paulo: Loyola, 2011.

---

JACOBS, Jane. *Morte e vida das grandes cidades*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

LE CORBUSIER. *Por uma arquitetura*. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

\_\_\_\_\_. *Urbanismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LIPOVETSKY, Gilles. *Os tempos hipermodernos*. 1ª ed. São Paulo: Barcarolla, 2011.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

SANTOS, Ângela Moulin Simões Penalva; MOTTA, Marly da Silva. O “bota-abaixo” revisitado: o Executivo municipal e as reformas urbanas no Rio de Janeiro (1903-2003). *Revista Rio de Janeiro*, n. 10, mai-ago 2003.